

Queda de juros depende do ajuste fiscal

■ Presidente do BC reconhece que taxas estão em nível “excepcional”, mas só caem quando medidas econômicas estiverem garantidas

CLODIA SAFATLE

BRASÍLIA — Os juros só vão cair substancialmente quando o ajuste fiscal estiver assegurado. “O Banco Central trabalha com fatos”, disse o presidente do BC, Gustavo Franco, ao reconhecer que “as taxas, hoje, estão num nível absolutamente excepcional porque as circunstâncias externas são excepcionais”. A polêmica dos juros não é nada trivial. O custo do dinheiro é uma variável do programa negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E sua trajetória acaba determinando o destino de empresas e empregos.

Na próxima reunião do Comitê de Política Econômica (Copom), a última deste ano, marcada para quarta-feira, a Taxa de Assistência do Banco Central (Tban) deve cair dos 42,25% para a casa dos 39% ao ano. É bastante provável, também, que o Copom decida reintroduzir o regime de bandas de juros, resgatando a taxa piso, a TBC (taxa básica), que desde setembro passado caiu no ostracismo. Para isso, contudo, a TBC terá que ser aumentada dos atuais 19,75% para algo próximo a 27% ou 29%.

Açodamento — Franco não confirma nem desmente essa possibilidade. Apenas diz que não comenta antecipadamente o que o Copom vai decidir. E deixa claro que o Banco Central não vai se deixar impressionar pelas pressões baixistas que estão vindo do setor privado e dos políticos. “No Brasil há a tendência para o açoitamento”, reage.

Consumado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e definida a agenda de medidas fiscais necessárias à consolidação do pacote fiscal de R\$ 28 bilhões, o ano de 1999, na avaliação do presidente do BC, começa com o governo tendo absoluta clareza do que precisa fazer. Isso é bom, mas não é o suficiente. “Temos o caminho do ajuste fiscal, temos os números, as metas definidas no acordo com o FMI, mas ainda não temos asseguradas as condições de alcançá-las”. E, enquanto isso não ocorrer, as taxas de juros continuarão salgadas e as reduções serão bem graduais.

Se, por um lado, o ajuste fiscal é crucial para a queda dos juros, por outro, esta é absolutamente necessária para viabilizar as metas de redução do déficit público. O peso dos juros sobre a dívida pública realimenta o estoque da dívida, engorda de forma descomunal as despesas do setor público e, em última instância, acaba deixando uma perspectiva inquietante para a área econômica: a dívida pública líquida saltou de 30,5% do Produto Interno Bruto em 1995 para 46,7% do PIB em 1998. Será que, a continuar essa progressão geométrica, o governo terá condições de honrá-la?

O acordo com o FMI estabelece que o déficit nominal do setor público nos três níveis de governo (União, Estados e Municípios) precisa despencar de R\$ 72,879 bilhões ao final deste ano para R\$ 42,561 bilhões em 1999. Ou seja, cair de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,7% do PIB. Esse esforço de queda é incompatível com juros altos. Nas metas acertadas com o FMI, parte-de da premissa é que para os juros caírem o ano que vem para uma taxa média de 21,89% é preciso que haja uma recuperação de reservas cambiais.

Socorro — O programa econômico estabelece que as reservas, que devem chegar ao final deste ano em US\$ 38,5 bilhões, terão que crescer R\$ 7 bilhões no ano que vem. Só com um reforço das reservas, sem considerar o dinheiro que o FMI e os governos vão emprestar no bojo do pacote de US\$ 41,5 bilhões, é que os juros vão cumprir a trajetória de queda definida para 1999. Do pacote de socorro financeiro internacional, apenas os US\$ 9 bilhões do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD e BID) podem ser considerados como aumento genuíno de reservas.

Ou seja, o que está em curso é uma equação delicada que passa pelo ajuste fiscal e sua consequente repercussão sobre o ingresso de recursos externos. Nisso, uma coisa parece certa: se a taxa de juros não cair significativamente, o programa negociado com o FMI estará seriamente comprometido.